



**GT – 21: Território, conflitos e ativismos sociais urbanos**

## **O CENSO POPULAR DO MORRO DA PROVIDÊNCIA: PERSPECTIVAS DO “COMUM” A PARTIR DA AUTO GESTÃO DO TERRITÓRIO**

Autor(01): Jessyca Silva Costa  
Filiação institucional: Mestranda pela PUC-Rio  
E-mail: jessyca.costa18@gmail.com

**RESUMO:** Este trabalho coloca em evidência o Censo Popular do Morro da Providência como uma prática central de autogestão, conduzida pelos próprios moradores, que desafia as estratégias urbanas neoliberais no Rio de Janeiro. Ao destacar a dicotomia entre os benefícios voltados para as elites e a precarização das condições de vida nas camadas desfavorecidas, o estudo examina o Morro da Providência como um caso emblemático de resistência, especialmente frente ao projeto Porto Maravilha. O Censo Popular emerge como uma ferramenta essencial para entender a dinâmica dos espaços urbanos diante das imposições do Estado e do neoliberalismo, explorando seu potencial transformador para superar os desafios socioeconômicos enfrentados pela comunidade.

**Palavras-chave:** Censo popular, Morro da Providência, autogestão

## 1. INTRODUÇÃO

---

O desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro reflete um processo histórico de desigualdade que favorece as elites enquanto marginaliza as classes mais desfavorecidas. Desde o século XIX, a urbanização tem privilegiado os interesses de classes abastadas, muitas vezes com o apoio do Estado, resultando em uma disputa desigual pelo solo urbano (ABREU, 1987). Essa dicotomia entre os benefícios oferecidos às elites e a precarização das condições de vida das populações menos favorecidas revela-se ao longo dos processos de metropolização, que nas últimas décadas assumiram uma nova lógica pautada pela competitividade urbana (VAINER, 2002).

Com a adoção de políticas neoliberais, a cidade do Rio de Janeiro passou a ser tratada como uma mercadoria, onde os projetos de urbanização se alinham aos interesses do mercado e do capital internacional. Nesse contexto, a cidade torna-se um produto a ser comercializado, priorizando áreas que possam atrair investimentos privados, em detrimento das necessidades das camadas sociais menos favorecidas. Isso revela um deslocamento no debate urbano, que antes se concentrava em questões como crescimento desordenado e racionalização do uso do solo, para uma problemática de competitividade urbana, intensificando as desigualdades sociais e espaciais.

Essa abordagem neoliberal reflete-se na transformação do espaço urbano do Rio de Janeiro, evidenciando como as estratégias urbanas priorizam a atração de investimentos em vez de promover políticas inclusivas. Diante dessa lógica, é necessário questionar a responsabilidade social das políticas urbanas e a promoção do bem-estar coletivo, contrapondo-se ao enfoque mercadológico que tem dominado o desenvolvimento urbano recente. Essa reconfiguração do espaço urbano prioriza projetos que garantam competitividade global, muitas vezes em detrimento da qualidade de vida das populações locais.

Nesse cenário, emerge a importância de iniciativas de autogestão territorial, que se constituem como respostas aos projetos de desenvolvimento impostos de cima para baixo. Essas iniciativas, que incluem a resistência popular e a promoção de direitos fundamentais como a habitação, destacam-se como alternativas ao modelo tradicional de desenvolvimento urbano que privilegia a especulação e a financeirização do espaço. A participação popular e a defesa dos direitos

constitucionais tornam-se centrais na construção de políticas urbanas mais justas e democráticas, que priorizam a sustentabilidade dos lugares e o bem-estar coletivo.

O Morro da Providência, a primeira favela do Brasil, localizada na Região Central do Rio de Janeiro, exemplifica os impactos dessas transformações urbanas. A ocupação do morro remonta ao fluxo migratório de ex-escravos e às mudanças urbanas promovidas pela Reforma Pereira Passos, que revelaram a falta de prioridade estatal na garantia de moradia para os mais vulneráveis. Ao longo do tempo, o Morro da Providência passou de um espaço de ocupação precária para um foco de projetos de financeirização urbana, como o projeto Porto Maravilha, que resultou na remoção de centenas de famílias em nome da transformação da Zona Portuária.

A ausência de diálogo com os moradores durante a implementação do Porto Maravilha exacerbou as desigualdades sociais e reforçou a marginalização dos mais vulneráveis. Em resposta, a organização política dos moradores do Morro da Providência fortaleceu-se, evidenciando estratégias de resistência e a luta pelo direito à moradia, caracterizadas por Ferrão (2019) como "participação reativa". Essas iniciativas demonstram a capacidade da comunidade em mobilizar-se para enfrentar ameaças à sua permanência e à preservação de suas raízes culturais.

Mais de uma década após o início do projeto Porto Maravilha, os impactos negativos na vida dos moradores do Morro da Providência são visíveis, incluindo a desestruturação das redes sociais e a precarização das condições de vida. No entanto, a comunidade tem se organizado politicamente e empreendido iniciativas de autogestão, especialmente após 2016 e durante a pandemia de 2020, que desafiou a sobrevivência dos estratos mais pobres. Essas iniciativas de autogestão fortalecem a articulação política dos moradores e evidenciam o protagonismo da população local na luta por seus direitos.

O Censo Popular do Morro da Providência, liderado pelo Comitê SOS Providência e o projeto Morador Monitor, é um exemplo significativo dessas iniciativas. Com o apoio técnico e financeiro de instituições como NEGRAM/IPPUR/UFRJ e Fundação Oswaldo Cruz, o censo representa um levantamento territorial conduzido pelos próprios moradores, transformando-os de objetos para sujeitos na produção de conhecimento. Esse projeto de automapeamento e

cartografia social destaca a mobilização da comunidade para resistir e exercer a produção social da cidade, apontando para novos horizontes possíveis na superação da ordem neoliberal.

O estudo dessas práticas de autogestão, e em particular do Censo Popular, visa explorar seu potencial transformador na efetivação de uma utopia possível. Ao dar voz à população local e analisar suas práticas de organização política, busca-se compreender como essas iniciativas podem se tornar catalisadoras de mudanças significativas, promovendo alternativas aos desafios impostos pelo contexto sociopolítico atual. A hipótese apresentada é que projetos de autogestão como o Censo Popular podem legitimar o protagonismo dos moradores na formulação de políticas públicas que beneficiem seus territórios, desafiando a lógica tradicional de desenvolvimento urbano e promovendo um modelo mais sustentável e equitativo.

A análise do Censo Popular no Morro da Providência busca, portanto, entender como esse projeto pode representar a possibilidade de um "comum" como princípio político viável para a transformação social. A investigação pretende não apenas destacar as iniciativas de autogestão como resposta à ameaça neoliberal, mas também explorar seu potencial transformador na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ao longo do trabalho, serão discutidas as práticas de autogestão e sua relação com a resistência comunitária, bem como a contribuição do Censo Popular para a promoção de novos futuros urbanos baseados na organização política do "Comum".

A produção do espaço urbano no Rio de Janeiro sempre foi marcada por disputas e exclusões sociais. Desde o século XIX, a urbanização da cidade refletiu uma profunda estratificação social, onde a segregação espacial foi uma ferramenta de controle e dominação. Segundo Abreu (1987), a estratificação atual do espaço metropolitano é resultado de um processo histórico de exclusão das classes populares, evidenciado já nos esforços de urbanização barroca do século XVII, como aponta Gianella (2015). A intenção do Estado, ao abrir avenidas e construir monumentos, era não só de modernizar a cidade, mas também de afirmar seu poder e controle sobre a população.

A chegada da família real em 1808 e as subsequentes mudanças sociais e econômicas, como a independência do Brasil e a abolição da escravidão, trouxeram profundas transformações na estrutura urbana do Rio de Janeiro. O fluxo de pessoas para a cidade, especialmente após a

abolição, criou uma demanda por moradias que não era atendida pelas políticas estatais, resultando no surgimento dos cortiços, que se tornaram refúgios para a população marginalizada. Essa segregação espacial não era apenas uma questão de acesso a moradia, mas também de controle sobre onde e como as classes populares poderiam existir na cidade.

A transformação urbana do Rio de Janeiro continuou a ser marcada por uma clara dicotomia: a cidade moderna e elitizada versus os espaços marginalizados e subdesenvolvidos. Essa dualidade se perpetuou ao longo do tempo, criando um cenário urbano onde a exclusão e a resistência coexistem. As áreas centrais da cidade foram moldadas para atender aos interesses das elites, enquanto os cortiços e, mais tarde, as favelas, emergiram como alternativas de moradia para as camadas populares, resistindo às tentativas de remoção e gentrificação promovidas pelo Estado.

### **O Morro da Providência e a Resistência ao Neoliberalismo Urbano**

O Morro da Providência, reconhecido como a primeira favela do Brasil, simboliza essa resistência popular às políticas excludentes do Estado. Surgida como uma solução habitacional para os ex-escravizados e militares sem moradia, a favela sempre esteve em conflito com os interesses capitalistas, representando uma oposição ao modelo de cidade imposto pelas elites. A urbanização do Rio de Janeiro no início do século XX, especialmente com as reformas de Pereira Passos, acentuou a segregação espacial, impulsionando o surgimento de favelas como a Providência.

Nas últimas décadas, o processo de financeirização do espaço urbano intensificou essas contradições. Projetos como o Porto Maravilha, lançados em 2010, trouxeram a lógica neoliberal para o centro das políticas urbanas do Rio de Janeiro. Inspirado em experiências de revitalização urbana em cidades como Barcelona, o Porto Maravilha representou uma mudança de paradigma, onde o espaço urbano foi transformado em mercadoria, direcionado para atrair capital internacional. Carlos (2011) destaca que, quando o espaço se torna uma mercadoria, sua utilização passa a ser regida pela lógica da propriedade privada, o que inevitavelmente fragmenta a cidade e intensifica as desigualdades sociais.

O impacto desses projetos sobre o Morro da Providência foi profundo. A comunidade, localizada na região central do Rio de Janeiro e diretamente afetada pelas intervenções do Porto Maravilha, enfrentou ameaças de remoção, a destruição de espaços comunitários e a implementação de infraestruturas que não atendiam às necessidades dos moradores. A construção de um teleférico e de um plano inclinado, por exemplo, foram iniciativas que descaracterizaram a favela e ignoraram completamente a participação da comunidade no planejamento e execução dos projetos.

### **Resistência e Luta pelo Direito à Cidade**

Frente a essas ameaças, os moradores do Morro da Providência se organizaram para resistir. A criação de comissões de moradores e o apoio de organizações como a Anistia Internacional e a Defensoria Pública foram fundamentais para contestar as remoções e assegurar o direito à moradia. Dois documentos importantes emergiram dessa luta: o contra laudo técnico, que questionava os riscos geotécnicos apontados pela prefeitura, e um dossiê elaborado por especialistas que detalhava as violações de direitos ocorridas na região portuária. Essas iniciativas ajudaram a suspender as remoções e a desacelerar os projetos, especialmente após as investigações da Operação Lava Jato, que revelaram esquemas de corrupção envolvendo autoridades locais e construtoras.

A luta dos moradores do Morro da Providência reflete uma resistência contínua contra as forças do neoliberalismo que tentam transformar a cidade em uma mercadoria. Esse embate pela produção do espaço revela contradições profundas, destacando a importância de uma abordagem crítica e reflexiva sobre o desenvolvimento urbano. Movimentos de resistência popular, como aqueles vistos na Providência, são essenciais para garantir que a cidade seja moldada não apenas pelos interesses do mercado, mas também pelos direitos e necessidades das comunidades.

### **Impactos Recentes e Mobilizações Durante a Pandemia**

Os impactos das transformações urbanas recentes no Morro da Providência se entrelaçam com os desafios trazidos pela pandemia do novo coronavírus. Em 2020, a emergência sanitária agravou as desigualdades já existentes e levou os moradores a se mobilizarem para garantir a

sobrevivência da comunidade. O surgimento do SOS Providência, um comitê emergencial fundado por moradores, exemplifica essa capacidade de organização e resistência. Ações como a distribuição de cestas básicas, a produção de máscaras e o mapeamento de áreas afetadas pelo vírus foram algumas das iniciativas que ajudaram a mitigar os efeitos da pandemia na favela.

O Censo Popular do Morro da Providência, realizado pelo projeto SOS Providência, foi uma das ferramentas utilizadas para monitorar os casos de COVID-19 e mapear as vulnerabilidades da comunidade. Esse censo não apenas trouxe visibilidade para a situação de precariedade vivida pelos moradores, mas também fortaleceu a capacidade de organização e reivindicação da comunidade frente ao poder público. A pandemia, portanto, intensificou a necessidade de mobilização comunitária e evidenciou as falhas das políticas públicas em atender às necessidades das populações mais vulneráveis.

### **A Persistência da Luta pelo Direito à Cidade e Cidadão da Favela: Participação Política e Autonomia**

O Morro da Providência, ao longo de sua história, sempre esteve no centro das disputas pela produção do espaço urbano no Rio de Janeiro. Desde sua formação, a favela simboliza a resistência das classes populares contra as políticas excludentes e as transformações urbanas impostas pelas elites. As intervenções recentes, como o Projeto Porto Maravilha e as ações durante a pandemia, demonstram que a luta pelo direito à cidade continua relevante e necessária. A resistência dos moradores da Providência, apoiada por organizações sociais e pela comunidade acadêmica, sublinha a importância de se pensar o desenvolvimento urbano de forma inclusiva e democrática, garantindo que a cidade seja um espaço de todos, e não apenas uma mercadoria à disposição do capital.

A autonomia, conforme proposto por Castoriadis e analisado por Meira (2010) traz uma contribuição para a análise da autogestão nas práticas sociais e políticas no contexto do Morro da Providência. A autonomia é um processo histórico de criação social, onde a sociedade se autoreflete e transforma suas instituições. Essa reflexão conecta-se à ideia de que o espaço urbano é um produto social, moldado pelas práticas cotidianas e pela história dos seus habitantes.

Após a Constituição de 1988, houve um aumento significativo na participação da sociedade civil nos processos políticos no Brasil, conforme apontado por Pinto (2010). Essa participação não apenas reflete uma maior consciência de cidadania, mas também promove uma governança mais democrática. A inclusão dos cidadãos nos processos decisórios é vital para a efetivação dos direitos e para o fortalecimento das estruturas democráticas.

A autonomia na produção do espaço urbano é essencial para criar cidades mais justas e inclusivas. A história das lutas e resistências dos moradores do Morro da Providência demonstra um desejo por formas não alienadas de organização social. A autonomia emerge como uma prática emancipatória, enraizada na memória coletiva e nas tradições, que busca transformar o território a partir das experiências vividas e das mobilizações sociais.

## **2.2 Sujeito Periférico, Sujeito de Direitos**

Outro conceito que contribui para analisar a mobilização de protagonismo dos moradores do Morro da Providência é a noção de periferia e sujeito periférico. D'Andrea (2020) explora a evolução do conceito de periferia, que inicialmente se referia à pobreza e à marginalidade em relação ao centro urbano, mas que foi ressignificado pela própria população periférica. Esse novo entendimento é central para as lutas por direitos e para a construção de uma identidade coletiva. A consciência periférica, epistemologia periférica e produção cultural são elementos interligados que fortalecem a cidadania e a autonomia dos habitantes das periferias. A consciência periférica é o entendimento das condições urbanas e das desigualdades enfrentadas, levando à ação coletiva. A epistemologia periférica valoriza o conhecimento produzido pelas vivências cotidianas, desafiando as tradições acadêmicas que subestimam essas perspectivas. Já a produção cultural periférica, como expressão artística e política, desempenha um papel crucial na construção de identidades e na articulação de demandas sociais.

Essa cultura territorializada, baseada no cotidiano e no trabalho, é uma forma de resistência ao domínio da cultura de massas e contribui para a criação de uma economia e política que refletem as realidades locais. Santos (2018) enfatiza a força da cultura territorializada, que, embora limitada em recursos, é capaz de deformar e resistir ao impacto da cultura de massas. Essa resistência é um testemunho da capacidade dos sujeitos periféricos de criar novas formas de

organização e expressão cultural, que são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa.

### **2.3 O Comum como Princípio Político e o Censo Popular do Morro da Providência**

O conceito de "comum" desenvolvido por Pierre Dardot e Christian Laval oferece uma perspectiva crítica sobre o neoliberalismo, que não é apenas uma doutrina econômica, mas uma racionalidade que permeia todas as esferas da vida. O comum é visto como uma prática social que se opõe à lógica mercantil e promove a solidariedade e a autogestão e o auto governo.

Para Dardot e Laval, o comum não é apenas um bem compartilhado, mas um princípio político que redefine as relações entre Estado, mercado e sociedade civil. A ideia é que certos recursos e espaços sejam geridos coletivamente, em benefício da comunidade, ao invés de serem privatizados. Essa perspectiva busca superar a lógica competitiva e individualista do neoliberalismo, promovendo uma sociedade mais cooperativa e democrática.

Ao aplicar o conceito de comum ao Censo Popular do Morro da Providência, observa-se que este instrumento, desenvolvido pelos próprios moradores, é um exemplo de autogestão e mobilização social. O Censo é uma forma de resistência à exclusão social e de afirmação da autonomia comunitária, permitindo aos moradores mapear suas necessidades e reivindicar seus direitos de maneira coletiva.

O Censo Popular representa uma prática de comum, onde a comunidade se organiza para autogerir seu território e garantir condições dignas de habitação. Este processo não apenas fortalece a coesão social, mas também contribui para a construção de um espaço político baseado na solidariedade e na justiça social. O Censo se torna, assim, uma ferramenta crucial para a promoção do autogoverno e para o fortalecimento da identidade e autonomia dos moradores do Morro da Providência. A participação política e a busca por autonomia são fundamentais para entender como essas comunidades estão moldando seus espaços e enfrentando os desafios impostos pelo neoliberalismo. A noção de comum, como discutido por Dardot e Laval, oferece um quadro teórico para entender o Censo Popular como uma prática de autogestão que fortalece a coesão social e promove a justiça no território. A combinação dessas

ideias contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e políticas que definem os territórios de esperança nas periferias urbanas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

A trajetória do Morro da Providência destaca-se como um símbolo das tensões entre a história, a exclusão social e a financeirização do espaço urbano. O caso suscita reflexões sobre a importância da inclusão das comunidades afetadas nas decisões que moldam seus territórios, bem como a necessidade de políticas urbanas mais inclusivas e sensíveis às realidades locais. O Morro da Providência, ao longo de sua história, evidencia a urgência de abordagens que priorizem a equidade e o respeito às comunidades como elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável e justo das cidades.

Para concluir esta análise, é pertinente apresentar duas considerações de Souza sobre projetos autônomos de sociedade. O autor ressalta que "a mudança social não deve ser confundida como assalto ao palácio de Inverno", indicando que é por meio do acúmulo de lutas que se pode promover rupturas, sendo capaz de "polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora" (Souza, 2000). Em outra obra (Souza, 1997), ele sinaliza que o propósito final de uma sociedade autônoma não deve ser compreendido como uma dicotomia de "tudo ou nada", mas sim considerando as pequenas conquistas e um "horizonte estratégico de pensamento/ação".

Assim, a reflexão de Souza ressalta não apenas a necessidade de entender as transformações sociais como resultado de uma acumulação de lutas, mas também a importância de reconhecer e valorizar os pequenos avanços como parte integrante de um horizonte estratégico mais amplo. Este entendimento pode contribuir para uma abordagem mais abrangente e inclusiva na análise de processos urbanos, considerando não apenas os impactos negativos, mas também os elementos que fortalecem a capacidade de resistência e reivindicação das comunidades afetadas.

Em síntese, a mobilização dos moradores da Providência e a promoção de projetos de autogestão não apenas buscam garantir direitos, mas também representam uma esperança na

construção de novos horizontes urbanos. A radicalização da democracia e a adoção do princípio do "Comum" como base para a organização política indicam uma trajetória de transformação profunda, contribuindo para a superação dos desafios impostos pela ordem neoliberal e para a construção de uma cidade mais justa e participativa.

Mais de uma década após o lançamento do Projeto Porto Maravilha e de outras iniciativas na cidade do Rio de Janeiro em preparação para megaeventos e o recente enfrentamento das adversidades causadas pela pandemia do novo coronavírus se traduziu no acirramento das desigualdades afetando principalmente as comunidades mais vulneráveis.

E um legado não planejado pelo poder público emergiu desse processo. Este legado manifestou-se no fortalecimento das lutas dos movimentos sociais que se organizaram politicamente diante das demandas urgentes que se impuseram diante deles, proporcionando instrumentos concretos que legitimam as reivindicações desses moradores pelo protagonismo na produção do espaço. Esses instrumentos representam, por sua vez, horizontes viáveis para projetos autônomos de desenvolvimento territorial.

## 5. REFERÊNCIAS

---

- BRASIL, LEI COMPLEMENTAR Nº 111 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011. Recuperado de: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=178079>
- ABREU, Maurício. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- ANDREWS Christina et al. As marcas de nascerça: a administração pública da Colônia à República Velha (p.13-38). In: Administração pública no Brasil: Breve História Política. São Paulo: Editora Unifesp, 2010
- AZEVEDO, André Nunes; SARMIENTO, Érica. Cidade e Imigração: a freguesia de Santo Antônio e o cotidiano dos galegos nos logradouros cariocas (1880-1930). DOSSIÊ: “Movimentos migratórios no mundo Atlântico, séculos XIX e XX”. História 36. 2017. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1980-436920160000000109>
- BROUDEHOUX, Anne Marie; MENDES, Mariana Fernandes. Introdução. In: 10 anos de Porto Maravilha: do projeto de renovação à construção de um novo espaço de exclusão. 1ª ed. Rio de Janeiro. Letra Capital, 2019
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “revitalização” urbana como processo de valorização do espaço. In: O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo, FFLCH, 2007
- CARLOS, Ana Fani; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. Introdução. In: “A cidade como negócio”. São Paulo. Contexto 2018
- Censo Popular, Auto mapeamento e Cartografia Social da Providência. SOS PROVIDÊNCIA & MORADORES MONITORES. Rio de Janeiro 2022. Recuperado de: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Censo\\_popular,\\_automapeamento\\_e\\_cartografia\\_social\\_da\\_Provid%C3%Aancia](https://wikifavelas.com.br/index.php/Censo_popular,_automapeamento_e_cartografia_social_da_Provid%C3%Aancia)
- D’ANDREA, Tiarajú. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. In. Novos estudos. CEBRAP. São Paulo, v.39, n.11, jan-abr,(19-36), 2020. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/?format=pdf>
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.
- FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. SMH 2016: Remoções na Cidade Olímpica. MV Serviços e Editora. Rio de Janeiro, 2015
- FERRÃO, João. Imaginar novos futuros urbanos, construir alternativas: nem política sem políticas, nem políticas sem política. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina

Célia de. (Org.). Produção do espaço: emancipação social, o comum e a. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, pg. 71-90

FERREIRA, Alvaro. A luta pela 'verdadeira democracia' na produção do espaço: por outro projeto de sociedade. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de. (Org.). Produção do espaço: emancipação social, o comum e a. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, v. 1, p. 23-53.

\_\_\_\_\_, Alvaro. Pela construção da verdadeira democracia: Entre conselhos populares e ciberdemocracia. XV Coloquio Internacional de Geocrítica. Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad postcapitalista. Barcelona, 7-12 de mayo de 2018. Recuperado de: <https://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/AlvaroFerreira.pdf>

\_\_\_\_\_, Alvaro. Produção do espaço, autogestão, comunidade e Estado:

Provocações a partir de Karl Marx. In: GEOgraphia, vol: 21, n.46, mai./ago.

2019. Recuperado de: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/28815>

GIANELLA, Letícia. Caderno de debates 5. Zona Portuária do Rio de Janeiro: sujeitos e conflitos. Fase- Solidariedade e Educação. Rio de Janeiro/RJ – 2015. Recuperado de: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Caderno-debates-5-Corrigido-2.pdf>

HAESBAERT, Rogério. Por uma constelação geográfica de conceitos. In: HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em

tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. Geographia, v.14, n.28, 8-39, 2012. Recuperado de: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13641>

LEFEBVRE, Henri. O Direito à cidade. Editora Centauro, 2010

MEIRA, Fabio Bittencourt. Castoriadis (o instituinte) e a instituição. XXXIV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro. Setembro de 2010. Recuperado de: [https://www.researchgate.net/publication/343432077\\_Castoriadis\\_o\\_instituente\\_e\\_a\\_instituicao](https://www.researchgate.net/publication/343432077_Castoriadis_o_instituente_e_a_instituicao)

Muller Sarcinelli Luz, C. (2018). Porto Maravilha e o Morro da Providência: O que está em jogo?. Ensaios, 7, 65-79. <https://doi.org/10.22409/re.v7i0.1636>

PEDON, Nelson Rodrigo. Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013. ISBN 9788539304189. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/11449/113702>.

PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGS e a Política no Brasil: presença de Novos Atores. In: Administração pública no Brasil: Breve História Política. São Paulo: Editora Unifesp, 2010

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

Revista Porto Maravilha. Edição número 1. Recuperado de:

<https://portomaravilha.com.br/uploads/revistas/e4a9a9faf91836f5c586225108b4431a.pdf>

SANTANA, Fabio Tadeu de Macedo; SOARES, Marcus Rosa. Reformas Passos: cem anos de uma intervenção excludente. In: XII Encuentro de geógrafos de América Latina, 2009, Montevidéo. Anais do XII Encuentro de Geógrafos de América Latina – Caminado por una América Latina en Transformación. Montevidéo, 2009. Recuperado de: <https://docplayer.com.br/9803373-Reformas-passos-cem-anos-de-uma-intervencao-excludente.html>

Santos Junior, O. A., Werneck, M., Borba, T. R., & Carvalho, A. P. S. (2020). Propriedade pública e função social: a destinação das terras da União na Operação Urbana Porto Maravilha. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 12, e20200062. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20200062>

SANTOS, Milton. A transição em marcha. In: *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*”. 28ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2018. Pg.141-173

SANTOS, Milton: *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. Ed. USP. São Paulo, 1978 (**Editar essa referência**)

SANTOS, Maurício Campos dos.; ASEVEDO, Marcos de Faria. Relatório sobre as visitas técnicas realizadas nas comunidades do Morro da Providência e da Pedra Lisa nos dias 23/8 e 7/9/2011 e Parecer Técnico sobre os motivos alegados pela Prefeitura do Rio de Janeiro para a remoção de 832 famílias nessas duas comunidades. Outubro/2011

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª edição . Editora Expressão Popular. São Paulo

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções do Território*. 3ª edição. São Paulo: Outras Expressões, 2013

\_\_\_\_\_. M. A. Território: A Abordagem Territorial e suas implicações nas dinâmicas do desenvolvimento. *IGEPEC, TOLEDO* v. 23, n.1, p. 23-39, 2019. Recuperado de: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22719>

SILVA, L. H. P. da. Freguesia de Santana na cidade do Rio de Janeiro: Territórios e etnia no último quartel do século XIX. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP*, v. 7, n. 1, p. 261–281, 2015. DOI: 10.20396/urbana.v7i1.8642556.

Recuperado de: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642556>.

SILVA, AUGUSTO CÉSAR PINHEIRO DA. Uma Trajetória de Investigação de Geografia Política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *GEOgraphia (UFF)*, v. 18, p. 95-114, 2016. Recuperado de: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13760>

SILVA, José Borzacchiello da. Para falar de/ em favela. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de. (Org.). *Produção do espaço: emancipação social, o comum e a*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 405-426

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: conceitos e temas. Org. Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Correa. 2ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand. Brasil. 2000

\_\_\_\_\_. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. Território - Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, n.3, p. 13-36, 1997. Recuperado de: <https://docplayer.com.br/354451-Algumas-notas-sobre-a-importancia-do-espaco-para-o-desenvolvimento-social.html>

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: A cidade do pensamento único. Editora Vozes, 2002. Pg. 75-104. Recuperado de: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3870371/mod\\_resource/content/1/Vainer%20%20cidade%20mercadoria.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3870371/mod_resource/content/1/Vainer%20%20cidade%20mercadoria.pdf)

#### Sites Visitados

<https://diariodorio.com/historia-demografica-do-rio/>

<https://extra.globo.com/noticias/rio/obra-do-teleferico-da-providencia-foi-concluida-mas-nao-ha-quem-opere-sistema-11891359.html>

<https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2012/02/bp1000860.jpg>

<https://www.flickr.com/photos/luizbaltar/5951820676>

<https://museudoamanha.org.br/portodorio/?share=timeline-historia/11>

<https://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saude-publica/reforma-pereira-passos>

<http://www.ocotidiano.com.br/2011/07/praca-americo-brum-na-providencia.html>

<https://riomemorias.com.br>

<https://sosprovidencia.org/>

[https://wikifavelas.com.br/index.php/Casa\\_Amarela](https://wikifavelas.com.br/index.php/Casa_Amarela)

[https://wikifavelas.com.br/index.php/Rol%C3%A9\\_dos\\_Favelados](https://wikifavelas.com.br/index.php/Rol%C3%A9_dos_Favelados)

